



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO DE 2015 A AGOSTO DE 2016

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	172.628.372,38	-	172.628.372,38
Pessoal Ativo	153.073.961,66	-	153.073.961,66
Pessoal Inativo e Pensionistas	19.554.410,72	-	19.554.410,72
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art.18, § 1º da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	15.690.603,70	-	15.690.603,70
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	68.158,11	-	68.158,11
Despesas de Exercícios Anteriores	930.244,85	-	930.244,85
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	14.692.200,74	-	14.692.200,74
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	156.937.768,68	-	156.937.768,68
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			695.041.042.000,00
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III/ IV) x 100	0,022580%	-	0,022580%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,044404%	-	-	308.626.024,29
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 0,042184%	-	-	293.194.723,08
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,039964%	-	-	277.763.421,86

FONTE: SIAFI, STN, SOF/TRT 24ª REGIÃO - 22/set/2016 - 14h e 29m

Notas: 1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (provisão), no valor de R\$ 608.282,71.
- Despesas com Precatórios da Administração Indireta, executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque), no valor de R\$ 549.365,96.

Assinaturas (dispositivo relacionado: art. 54, III, § único da LRF):

Alencar Minoru Izumi
Diretor do Serviço de Orçamento e Finanças

Edna Maria Massulo Elias
Diretora do Serviço de Controle Interno
Substituta

Nery Sá e Silva de Azambuja
Desembargador Presidente